

**LEI N.º 1863/2018.**

*"Cria o Programa Jovem Profissional e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL:** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da Administração Municipal, o “Programa Jovem Profissional”, vinculado as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Habitação e Emprego, de Educação e de Administração e Fazenda, como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, promover a participação dos cidadãos e oportunizar a primeira experiência profissional em gestão pública, de maneira a proporcionar tanto o desenvolvimento educacional e social como o fortalecimento da integridade pública como pilar estratégico de governança da administração municipal.

**CAPÍTULO II JOVEM TALENTO**

**Art. 2º.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Emprego, em parcerias com entidades integrantes do Sistema “S” ou entidades sem fins lucrativos qualificadas em formação técnico-profissional, inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego para fornecer assistência e educação profissional, com a finalidade de preparar, encaminhar e acompanhar estes jovens para a inserção no mercado de trabalho mediante cursos profissionalizantes.

**Art. 3º.** O público alvo do programa social tratado neste capítulo é constituído por jovens de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos, cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais, em situação de vulnerabilidade e



risco social, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio.

**Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Emprego coordenará as ações do programa social na forma que dispuser o regulamento.

**Art. 5º.** Para acompanhamento do programa deverá ser comprovado mensalmente, no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) de frequência dos jovens no curso, bem como o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 60% (sessenta por cento).

**Art. 6º.** Ao beneficiário do programa social será garantida bolsa no valor de 50% (cinquenta por cento) do menor vencimento no âmbito da administração municipal.

**Art. 7º.** A carga horária do programa social não poderá exceder a 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

### **CAPÍTULO III – ESTÁGIO CURRICULAR**

**Art. 8º.** A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda promoverá a oferta de estágio curricular, obrigatório ou não, como instrumento que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

**Art. 9º.** O estágio o será realizado em conformidade com a Lei Federal n.º 11.788/08, com a Lei Municipal n.º 1658/2013.

### **CAPÍTULO III – ESTÁGIO PEDAGÓGICO**

**Art. 10.** A Secretaria Municipal de Educação ofertará estágio pedagógico, constituído em processo de formação de discentes em licenciatura para o desenvolvimento de competências em prática pedagógica na sala de aula, numa perspectiva de aperfeiçoamento profissional, nos domínios científico, didático e pedagógico.



**Art. 11.** O estágio pedagógico será realizado em conformidade com a Lei Federal n.º 11.788/08 e com a Lei Municipal n.º 1658/2013.

**Art. 12.** O estagiário fará jus a bolsa de estágio no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e terá jornada de atividade de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

**Art. 13.** O valor da bolsa prevista no art. 13 será reajustado a cada 12 (doze) meses segundo a variação positiva do INPC/IBGE ou índice que lhe venha a substituir.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial para os fins desta lei, destinado ao custeio das despesas com o Desenvolvimento da Educação Básica e Educação Infantil, que será aberto com recursos do exercício atual oriundos do Ensino, com o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) e com a seguinte classificação:

02 – Poder Executivo  
07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Administração da Assistência ao Educando  
12 – Educação  
361 – Ensino Fundamental  
0008 – Gestão da Educação Básica  
2.223 – Concessão de Bolsa Estágio Pedagógica  
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .....R\$ 44.000,00

02 – Poder Executivo  
07 – Secretaria Municipal de Educação  
03 – Administração da Assistência ao Educando  
12 – Educação  
365 – Educação Infantil  
0005 – Gestão das Creches Municipais  
2.224 – Concessão de Bolsa Estágio Pedagógica - Creches  
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .....R\$ 11.000,00

Total - .....R\$ 55.000,00

**§1º.** Como fonte de recursos para suprir o Crédito Especial de que trata o *caput* deste artigo será utilizado a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – Poder Executivo  
07 – Secretaria Municipal de Educação  
01 – Administração do Ensino Fundamental  
12 – Educação





122 – Administração Geral

0008 – Gestão da Educação Básica

2.027 – Manut. Das Atividades do Ens. Fundamental – Pessoal

339011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 55.000,00

Total - .....R\$ 55.000,00

**§2º.** Será incluído no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei Municipal n.º 1843/2017) as seguintes Ações:

*Programa: 0.008 – Gestão da Educação Básica*

*Atividade: 2.223 – Concessão de Bolsa Estágio Pedagógica*

*Programa: 0.005 – Gestão das Creches Municipais*

*Atividade: 2.224 – Concessão de Bolsa Estágio Pedagógica - Creches*

## **CAPÍTULO IV – RESIDÊNCIA EM GOVERNANÇA PÚBLICA**

**Art. 15.** A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em parcerias com universidades e entidades públicas, e, ou, privadas, ofertará oportunidade de trabalho, aliando conhecimento acadêmico à prática da gestão pública municipal, para egressos, em cursos superiores em administração pública e demais cursos superiores do “campo de públicas”, bem como cursos superiores de interesse da administração municipal.

**Art. 16.** O Programa de Residência em Governança Pública consistirá em estratégia de governo para fomento da profissionalização da função pública e modernização administrativa, em que se adotará procedimento específico de seleção, com apoio de entidades e, ou, universidades, para recrutamento de profissionais técnicos, ou seja, os residentes, que atuarão em cargos comissionais já existentes no quadro, em atividades estratégicas, como na elaboração de políticas públicas prioritárias, na captação de recursos financeiros por meio de projetos, na elaboração de planos de desenvolvimento local, na implementação de projetos de transparência e entre outros.

Parágrafo único: O Programa de Residência em Governança Pública não implicará, em nenhuma hipótese, em aumento do número de cargos existentes nos quadros da administração municipal ou elevação da despesa pública.



**Art. 17.** A Administração Municipal regulamentará os critérios de seleção, as vagas disponibilidades, os projetos e políticas a serem atendidas e demais regras do Programa em Decreto Municipal.

## **CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** O Poder executivo regulamentará a presente lei no que couber, mediante Decreto próprio.

**Art. 19.** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento, suplementadas se necessário.

Parágrafo único: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado ainda a abrir créditos adicionais, suplementares ou especiais, e a realizar transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro no orçamento vigente para fazer frente às despesas decorrentes desta lei.

**Art. 20.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 09 de abril de 2018.

**LERIS FELISBERTO BRAGA**  
Prefeito Municipal

